



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATA DE REUNIÃO

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL (ANO 2024)

I. LOCAL E DATA:

19 de dezembro de 2024 - 10h30 às 12h.

Sala 652, 6º andar do MME e por Web Conferência via Microsoft Teams.

II. LISTA DE PARTICIPANTES:

Presencialmente:

1. Laerte Gomes de Brito (**Suplente da SE**)
2. Márcia Valéria de Souza Alves (**Suplente da SNTEP**)
3. Márcio Nahas Ribeiro (**Titular da STI**)
4. Jair Rodrigues dos Anjos (**Titular da SNPGB**)
5. Tânia Gomes Ribeiro de Moraes (**Titular - Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais**)
6. André Luiz Dias de Oliveira (**Suplente da SNEE**)
7. José Luiz Ubaldino de Lima (**Titular da SNGM**)
8. Paulo Roberto Gomes Mota (Convidado - STI)
9. Claudio Augusto Novais Ferraz (Convidado - STI)

Web Conferência/Teams:

10. Wagner Alessander Ferreira (Convidado - AECI)
11. Geraldo Mourão da Silva (Convidado - AECI)
12. Antonio Afonso da Silva (Convidado - AECI)
13. Felipe Corradi Carminati (Convidado - STI)
14. Zaíra Rocha de Novais Lobo (Convidado – STI)

III. PAUTA:

Item	Assunto
1	Aprovação do Plano de Dados Abertos (PDA) 2025-2026;
2	Adiamento do Prazo para Elaboração do PDTIC 2025-2027;
3	Aprovação do Inventário de Necessidades do PDTIC 2025-2027;

4	Aprovação dos Critérios de Priorização das Necessidades do PDTIC 2025-2027;
5	Kick-off do Plano de Transformação Digital (PTD) do MME;
6	Revisão da Agenda e do Plano de Trabalho do CGD para 2025; e
7	Outros Assuntos e Informes Gerais.

IV. ASSUNTOS TRATADOS:

1. Após a constatação do quórum necessário, o Presidente do CGD, substituto, Sr. Laerte Brito, representante da Secretaria-Executiva, deu as boas-vindas a todos e procedeu à apresentação da pauta da reunião, não tendo havido sugestões para sua alteração.

2. A reunião teve como ponto de partida a **aprovação do Plano de Dados Abertos (PDA) 2025-2026 do MME**. Com a palavra, o Subsecretário de Tecnologia e Inovação, Sr. Márcio Nahas, enfatizou que o Plano de Dados Abertos do Ministério venceu no mês de novembro de 2024 e é uma obrigação legal ter um plano vigente. Enfatizou que o novo PDA foi elaborado por uma equipe designada pelo CGD, com previsão de publicação para o início de janeiro/25 e que, se aprovado, estaria pronto para a diagramação final.

3. Na sequência, o Coordenador de Dados e Inteligência da STI, líder de referida equipe, Felipe Carminati, apresentou o PDA e o apontou como o documento que operacionaliza a política de dados abertos do MME. Baseado no Decreto nº 8.777/2016, na Resolução CGINDA nº3, no Manual de Elaboração do PDA, feito pela CGU, e no PDA MME 2022-2024, o novo PDA foi iniciado por meio da criação de um cronograma com os passos para a sua elaboração. **Manifestação:** a minuta do PDA já havia sido disponibilizada com antecedência para análise dos membros do Comitê e, após a apresentação realizada, com a sugestão de apenas um ajuste na lista de autoridades creditada no documento, o Plano de Dados Abertos PDA/MME 2025-2026 **foi aprovado por unanimidade**.

4. Prosseguindo com a Pauta, o Sr. Márcio Nahas (STI) conduziu a discussão sobre o **adiamento do Prazo para a Elaboração do PDTIC 2025-2027**, o qual tinha como meta ser publicado em dezembro/24, dado que é um documento fundamental para a condução das ações de TIC no MME, em especial as contratações. Como justificativas para a prorrogação do prazo, informou i) a quantidade elevada de necessidades recebidas e a dificuldade de consolidação pela STI, em prazo muito curto; ii) o pequeno quantitativo de pessoas, que foi reduzido no período, para a produção do documento; e iii) que o plano inicial, de aprovar o Inventário de Necessidades e o próprio PDTIC em uma mesma reunião, não seria a melhor opção, conforme preconiza o modelo de elaboração exigido no Governo Federal. Segundo o titular da STI, tal cenário já teria sido apresentado à Secretaria-Executiva e ao Comitê de Governança Ministerial (C-GOV), que não apresentaram objeções. **Manifestação:** o adiamento da Elaboração do PDTIC **foi aprovado por unanimidade dos membros presentes**, por 90 dias, a partir do dia 30/12, tendo como meta sua aprovação em reunião a ser agendada para a última semana fevereiro de 2025. Uma resolução CGD será publicada, tratando sobre o assunto.

5. A próxima questão da pauta foi apresentada pelo Sr. Márcio Nahas, a **aprovação do Inventário de Necessidades do PDTIC 2025-2027**. Foi exposto o conceito de necessidade e seu processo de levantamento, que representa o diagnóstico das demandas de informação e TIC pelas áreas do órgão, realizado pela Equipe de Elaboração do PDTIC (EqEPDTIC). O inventário é descrito como um produto/artefato que compõe o Plano e implica no nível de atendimento da área de TIC e no valor agregado às áreas finalísticas e ao cidadão. Por ser um anexo do PDTIC, é muito mais flexível e vivo que o restante do Plano. Segundo o Subsecretário, para além da aprovação inicial do inventário, a intenção é estabelecer um formulário permanente de inserção de necessidades, a qualquer momento do ano, que seriam apresentadas ao CGD ao longo do ano, para aprovação e incorporação ao PDTIC. Uma vez que a íntegra do material já havia sido antecipada aos membros do CGD, foi apresentado um resumo do Inventário de Necessidades, com o total de demandas solicitadas pelas áreas (300) e o agrupamento destas por temas comuns, o qual consolidou um total de 144 necessidades, que serão priorizadas e executadas no período de duração do PDTIC. **Manifestação:** o Inventário de Necessidades **foi aprovado por unanimidade dos membros presentes**.

6. Seguindo com a pauta, o Sr. Márcio Nahas (STI) conduziu a discussão sobre os **critérios de priorização das necessidades do PDTIC**. Para essa priorização foram propostos, 8 (oito) critérios para a classificação das demandas. I. Aderência a normativos recentes e recomendações de órgãos de controle; II. Garantia da disponibilidade e segurança dos recursos e serviços de TIC; III. Manutenção e/ou atualização das soluções e aplicações de TIC; IV. Impacto nas políticas públicas; V. Melhoria contínua da gestão e da governança de TIC; VI. Apoio aos processos/projetos de negócio; VII. Promoção da modernização do parque tecnológico e VIII. Inovação e adoção de novas tecnologias. A metodologia utilizada para a priorização seria a Matriz GUT, usada para o gerenciamento de projetos como modo de identificar e priorizar tarefas e/ou problemas. Sua classificação identifica a Gravidade (G), a Urgência (U) e a Tendência (T). Cada critério possui um peso para cada um dos três quesitos, variando de 1 a 5. Conforme o resultado do produto dos pesos GxUxT alocados em cada critério, estabelece-se a prioridade em faixas de Muito Alto, Alto e Médio, para cada necessidade.

7. Houve um debate sobre a ordem de priorização, com parte dos membros, especialmente das áreas negociais, defendendo que o critério “IV. Impacto nas políticas públicas” deveria ser o de maior prioridade, uma vez que as atribuições das áreas finalísticas do Ministério estão diretamente ligadas às suas entregas de políticas públicas e a falta de ferramentas tecnológicas adequadas pode comprometer essas entregas. Por sua vez, representantes da STI apontaram que o critério “II. Garantia da disponibilidade e segurança dos recursos e serviços de TIC” deveria ser o prioritário, pois está ligado à continuidade dos processos de trabalho digitais fundamentais ao MME e já estabelecidos. **Manifestação: após a discussão, decidiu-se pela criação de uma faixa adicional de prioridades (um quarto grupo), com a revisão da ordem dos critérios. Assim, o critério “II. Garantia da disponibilidade e Segurança dos serviços e/ou recursos de TIC seria o mais alto, seguido pelos critérios “IV. Impacto nas políticas públicas” e “II. Aderência a normativos e recomendações de órgãos de controle”, numa mesma faixa de prioridade. Os demais seguiriam na ordem original proposta. A nova composição de pesos e faixas de priorização compõe Anexo a esta Ata (item VII. c).**

8. Em seguida, foi realizada uma apresentação sobre o futuro **Plano de Transformação Digital (PTD)**, instrumento de planejamento e pactuação de implementação de ações de governo digital. Segundo o Subsecretário da STI, o objetivo principal do PTD é auxiliar os órgãos e entidades a executarem ações que visem o alinhamento e o atingimento de alguns objetivos e iniciativas previstos na Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD). Ter o PTD candidata o Ministério a obter mais capacidades do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), como, por exemplo, servidores Analistas em Tecnologia da Informação (ATI) e unidades Start-up, que é o fornecimento de profissionais de contrato temporário com a União, diante de um projeto formalizado e com entregas bem definidas.

9. Para a elaboração desse documento, o primeiro passo é uma reunião para obter patrocínio da alta gestão. O Subsecretário optou por selecionar o CGD como fórum inicial para este evento. Considerando que a instância aprovadora do PTD é o próprio Comitê, propôs que este delegasse à Subsecretaria de Tecnologia e Inovação (STI) a competência expressa para elaborar a minuta do PTD, segundo as etapas do guia adotado no Governo Federal, propondo, entre outros aspectos, a duração, a abrangência, quanto as entidades vinculadas, a relação com as necessidades do PDTIC e bases do PTD, além de eventuais eixos componentes. **Manifestação: a delegação para a STI iniciar o Plano de Transformação Digital foi aprovada por unanimidade dos membros presentes**, com a previsão de que uma minuta do documento seja apresentada na próxima reunião do CGD.

10. Em virtude do andamento dos trabalhos do Comitê, seguindo a pauta planejada, o Sr. Márcio Nahas sugeriu **revisar a agenda e o plano de trabalho do CGD para 2025**, propondo simplificar e atualizar sua programação para o próximo ano. A nova agenda é mais enxuta, focando em três grupos de assuntos principais: gestão interna, entregas e monitoramento, este que, no futuro, deverá compor ação continuada em temas bem definidos. O objetivo é aprovar o calendário, com uma proposta preliminar de encontros em fevereiro, junho e dezembro, ainda que a obrigação legal seja de duas reuniões por semestre. **Manifestação: a revisão da agenda e do plano de trabalho para 2025 foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes.**

11. Não havendo Outros Assuntos ou Informes Gerais a tratar, o Sr. Presidente do CGD, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 2ª Reunião de 2024 do Comitê.

V. DELIBERAÇÕES

Foram aprovados 1) o Plano de Dados Abertos MME 2025-2026, após ajustes, 2) o Adiamento do Prazo para a Elaboração do PDTIC, 3) o Inventário de Necessidades do PDTIC, 4) os Critérios de Priorização do PDTIC, ajustados; 5) a Delegação à STI para a Elaboração do PTD e 6) a Revisão da Agenda e Plano de Trabalho do CGD 2025.

VI. ENCAMINHAMENTOS

1. O líder da equipe de elaboração do PDA/MME 2025-2026, deverá fazer o ajuste solicitado e, por meio da Secretaria-Executiva do CGD (STI), encaminhar o documento para diagramação final e posterior publicação; e
2. A Secretaria-Executiva do CGD (STI) deverá elaborar a minuta da Resolução para o adiamento da elaboração do PDTIC e submeter ao Presidente do CGD, para assinatura e publicação.

VII. ANEXOS DAS DELIBERAÇÕES

- a) Plano de Dados Abertos - SEI nº 1010728
- b) Inventário de Necessidades PDTIC - SEI nº 1010733
- c) Critérios de priorização - SEI nº 1010804
- d) Agenda e Plano de Trabalho do CGD 2025 - SEI nº 1010741

VII. QUADRO DE ASSINATURAS

André Luiz Dias de Oliveira

Membro
SNEE

José Luiz Ubaldino de Lima

Membro
SNGM

**Márcia Valéria de Souza
Alves**

Membro
SNTEP

Jair Rodrigues dos Anjos

Membro
SNPGB

Márcio Nahas Ribeiro

Membro
STI

**Tânia Gomes Ribeiro de
Moraes**

Membro
Encarregada pelo Tratamento de
Dados Pessoais

Laerte Gomes de Brito

Membro e Presidente do
CGD/MME, substituto
SE



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Nahas Ribeiro, Subsecretário de Tecnologia e Inovação**, em 29/01/2025, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Gomes Ribeiro de Moraes, Ouvidor(a)-Geral**, em 29/01/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Valéria de Souza Alves, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento**, em 29/01/2025, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Luiz Ubaldino de Lima, Diretor(a) do Departamento de Geologia e Produção Mineral**, em 29/01/2025, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Dias de Oliveira, Diretor(a) do Departamento de Universalização e Políticas Sociais de Energia Elétrica**, em 30/01/2025, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jair Rodrigues dos Anjos, Diretor(a) do Departamento de Política de Explor. e Produção de Petróleo e Gás Natural Substituto(a)**, em 30/01/2025, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laerte Gomes de Brito, Subsecretário(a) de Governança, Estratégia e Parcerias Substituto(a)**, em 31/01/2025, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1010076** e o código CRC **E82A2B12**.